

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Novembro/2015

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**Concurso Público para provimento de cargo de
Juiz Substituto**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA SELETIVA**Primeira Etapa****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o

Objetiva Seletiva
Cargo ou opção A01 - JUIZ SUBSTITUTO
Tipo gabarito 1

001 - C	011 - E	021 - C	031 - A	041 - D	051 - D	061 - A	071 - E	081 - C	091 - E
002 - A	012 - B	022 - A	032 - C	042 - E	052 - A	062 - D	072 - A	082 - A	092 - A
003 - C	013 - C	023 - C	033 - B	043 - B	053 - B	063 - B	073 - E	083 - D	093 - B
004 - E	014 - E	024 - D	034 - A	044 - E	054 - E	064 - B	074 - B	084 - E	094 - D
005 - A	015 - C	025 - A	035 - E	045 - E	055 - B	065 - A	075 - D	085 - C	095 - B
006 - B	016 - E	026 - A	036 - D	046 - D	056 - C	066 - C	076 - B	086 - C	096 - D
007 - D	017 - B	027 - E	037 - B	047 - C	057 - B	067 - D	077 - D	087 - D	097 - B
008 - A	018 - D	028 - B	038 - E	048 - A	058 - D	068 - A	078 - C	088 - C	098 - E
009 - D	019 - B	029 - D	039 - D	049 - A	059 - E	069 - C	079 - A	089 - B	099 - E
010 - D	020 - E	030 - C	040 - B	050 - C	060 - C	070 - A	080 - E	090 - A	100 - C

**BLOCO I****Direito Civil**

1. Considere o seguinte texto: *Propende o Direito moderno para atender mais ao conjunto do que às minúcias, interpretar as normas com complexo ao invés de as examinar isoladas, preferir o sistema à particularidade. Se isto se diz da regra escrita em relação ao todo, por mais forte razão se repetirá acerca da palavra em relação à regra. Ater-se aos vocábulos é processo casuístico, retrógrado. Por isso mesmo se não opõe, sem maior exame, pode a deve, não pode a não deve (soll e muss, kann nicht e darf nicht, dos alemães; may e shall, dos ingleses e norte-americanos)* (cf. MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979, p. 270).

Agora, compare o artigo 924 do Código Civil de 1916 com o artigo 413 do Código Civil de 2002, cujas disposições são as seguintes, respectivamente:

Art. 924, CC/1916. *Quando se cumprir em parte a obrigação, poderá o juiz reduzir proporcionalmente a pena estipulada para o caso de mora, ou de inadimplemento.*

Art. 413, CC/2002. *A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.*

À vista do texto doutrinário e das disposições legais acima,

- (A) tanto no artigo 924 do Código Civil de 1916, como no artigo 413 do Código Civil de 2002, só é possível interpretar os verbos poder e dever no sentido de mera faculdade conferida ao juiz.
- (B) o texto do artigo 924 do Código Civil de 1916 é irremediavelmente antinômico ao do artigo 413 do Código Civil de 2002.
- (C) no artigo 924 do Código Civil de 1916, ao verbo poder era possível conferir o efeito de dever.
- (D) ambos os textos legais só comportam interpretação literal, não sendo possível aproveitar o texto doutrinário.
- (E) o texto doutrinário é inaplicável ao Direito brasileiro, porque o autor só invoca o que ocorre entre os alemães, ingleses e norte-americanos.
-
2. José X doou um imóvel a Joana Y, sendo a liberalidade pura e simples. Passados alguns anos, a donatária caluniou o doador, que pretende revogar a doação e obter indenização por dano moral. Esses pedidos sujeitam-se
- (A) a prazo decadencial e prescricional, respectivamente.
- (B) a prazo prescricional e decadencial, respectivamente.
- (C) a prazo nenhum, seja prescricional, seja decadencial.
- (D) ambos a prazo decadencial.
- (E) ambos a prazo prescricional.

3. A escritura pública lavrada em notas de Tabelião
- (A) faz prova plena, mas não é documento dotado de fé pública, podendo ser impugnada por qualquer interessado.
- (B) é documento dotado de fé pública, mas não faz prova plena, porque o convencimento do juiz é livre.
- (C) é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena.
- (D) firma presunção absoluta de veracidade do que nele constar, por ser documento dotado de fé pública.
- (E) é documento público, mas não dotado de fé pública, porque o Tabelião exerce suas funções em caráter privado, por delegação do Estado, por isso, também, não faz prova plena.

4. Na cessão de crédito,
- (A) salvo estipulação em contrário, é necessária a anuência expressa e concomitante do devedor, mas, na assunção de dívida, é dispensável a anuência do devedor, bastando o consentimento do credor.
- (B) o devedor pode opor ao cessionário apenas as exceções que lhe competirem, mas não as que lhe competiam até o momento em que veio a ter conhecimento da cessão contra o cedente, e na assunção de dívida, o novo devedor pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
- (C) o devedor se desobriga de pagar ao cedente, desde que notificado da cessão, mas na assunção de dívida a obrigação do novo devedor só será exigível depois do consentimento do devedor primitivo na assunção.
- (D) salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela existência da dívida e solvência do devedor e o terceiro que assumiu a obrigação do devedor, ainda que com o consentimento do credor, não exonera o devedor primitivo.
- (E) o devedor pode opor ao cessionário as exceções que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente, mas na assunção de dívida o novo devedor não pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao credor primitivo.

5. O devedor incorre na cláusula penal
- (A) de pleno direito, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.
- (B) apenas se, depois de interpelado, deixar de cumprir a obrigação ou incorrer em mora.
- (C) desde que provado prejuízo se, culposamente, deixar de cumprir a obrigação ou incorrer em mora.
- (D) de pleno direito, nas obrigações com termo certo, ou mediante interpelação, nas obrigações sem prazo, independentemente da comprovação do prejuízo ou de culpa, se deixar de cumprir a obrigação.
- (E) em caso de mora, mas não se houver inadimplemento absoluto, porque, neste caso, a obrigação se resolve, necessariamente, em perdas e danos.



6. São contratos aleatórios
- (A) apenas os que se referem a alienação de coisas existentes, mas expostas a risco assumido pelo adquirente e, por isso, poderá ser anulado como doloso pelo prejudicado, se provar que o outro contratante não ignorava a consumação do risco a que se considerava exposta a coisa.
 - (B) os que dizem respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assumiu, os cujo objeto sejam coisas futuras, tomando o adquirente a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade e os que se referirem a coisas existentes, mas expostas a risco assumido pelo adquirente.
 - (C) somente os que envolvam jogo ou aposta, e o de seguro.
 - (D) os que dizem respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assumiu, entretanto, não se consideram aleatórios se o risco for de virem a existir em qualquer quantidade.
 - (E) aqueles em que o risco assumido é de virem existir coisas em qualquer quantidade, mas não os de nada virem a existir, porque, neste caso, o negócio é nulo por acarretar o enriquecimento sem causa e, portanto, ilícito o objeto.
-
7. Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão
- (A) solidariamente, devendo o ofendido cobrar deles a dívida toda, ou a cota parte de cada um em ações autônomas ou em litisconsórcio, dividindo-se, porém, entre eles a cota parte do insolvente, se houver, e acrescentando-se, ao do preponente ou responsável indireto, o que tocar ao preposto ou responsável direto.
 - (B) conjuntamente pela reparação, devendo o ofendido cobrar de cada um sua cota parte na dívida, dividindo-se, porém, por todos, a do insolvente.
 - (C) conjuntamente, pela reparação, exceto nas hipóteses previstas na lei, em que uma pessoa responde pelos atos do outro, como no caso do preponente e preposto, devendo naquele caso o ofendido demandar a todos os ofensores e nestas, aquele que pagar por inteiro a dívida, salvo em relação a descendente absolutamente incapaz, poderá cobrar dos demais a respectiva cota parte, dividindo-se entre os pagantes a cota do insolvente, se houver.
 - (D) solidariamente pela reparação, podendo o ofendido cobrar de qualquer um deles a dívida toda, mas aquele que pagar por inteiro a dívida, salvo as exceções legais, poderá exigir de cada um dos co-devedores a sua quota, dividindo-se igualmente por todos a do insolvente, se houver.
 - (E) solidariamente, exceto se algum for descendente absolutamente incapaz de um deles, cabendo a este suportar sozinho essa cota parte, mas os que pagarem serão remidos do que tocar ao insolvente se houver, tendo o ofendido, neste caso, de habilitar-se no concurso de credores, para receber proporcionalmente a parte que o insolvente lhe dever.
-
8. No inventário de José X, foi atribuída à filha Rosa X, a nua propriedade de um imóvel urbano, cujo usufruto foi reservado à viúva meeira, Ana X. Falecendo, posteriormente, Ana X, seus bens foram inventariados e partilhados, exceto o referido imóvel. Rosa X compareceu ao Serviço de Registro de Imóveis requerendo o cancelamento do usufruto, exibindo o comprovante de pagamento de tributos incidentes para esse ato. O Oficial do Registro recusou-se a promover o cancelamento sob o argumento de que o usufruto teria de ser, também, objeto do inventário de Ana X, e suscitou dúvida a requerimento de Rosa X. A dúvida é
- (A) improcedente, porque o usufruto não é objeto de herança, extinguindo-se com a morte do usufrutuário.
 - (B) procedente, porque o usufruto tem valor patrimonial e deve ser partilhado entre os herdeiros do usufrutuário.
 - (C) procedente, mas outro deveria ser o fundamento da recusa, pois o juiz do inventário teria de verificar se aquele usufruto não estava sujeito à colação.
 - (D) procedente, porque todos os bens encontrados no patrimônio do falecido devem ser inventariados, ainda que não sujeitos à partilha.
 - (E) procedente, mas outro devia ser o fundamento da recusa, porque o usufruto devia ser objeto de sobrepartilha no inventário de José X.
-
9. A violação de causas suspensivas da celebração do casamento acarreta a
- (A) nulidade relativa do casamento.
 - (B) obrigatoriedade do regime de separação de bens, não sendo permitido ao juiz relevá-las em nenhuma hipótese.
 - (C) obrigatoriedade do regime da separação de bens, exceto no caso de o juiz a relevar, conforme lhe permite a lei, quando se tratar de viúva grávida antes de dez meses do início da viuvez.
 - (D) obrigatoriedade do regime da separação de bens, exceto se relevadas pelo juiz, quando a lei o permitir.
 - (E) nulidade absoluta do casamento, exceto se relevada pelo juiz, quando a lei o permitir.
-
10. Joaquim faleceu em 20/9/2010, deixando os filhos Pedro, Antonio e João. João renunciou à herança de seu pai, que não era muito significativa. Em 15/10/2014, faleceu Manoel, pai de Joaquim, pré-morto, de Augusto e de Romeu, sendo, então, seus herdeiros Augusto, Romeu, Pedro, Antonio e João. Todos aceitaram a herança que era polpuda. Nesse caso, herdarão de Manoel
- (A) Augusto e Romeu por estirpe; Pedro e Antonio, por cabeça e João nada herdar, sendo ineficaz sua aceitação da herança, porque já renunciara à herança de Joaquim, a quem representaria.
 - (B) Augusto e Romeu por estirpe; Pedro, Antonio e João, por cabeça.
 - (C) Augusto e Romeu por cabeça; Pedro e Antonio, por estirpe e João nada herdar, sendo ineficaz sua aceitação da herança, porque já renunciara à herança de Joaquim, a quem representaria na sucessão de Manoel.
 - (D) Augusto e Romeu, por cabeça; Pedro, Antonio e João, por estirpe.
 - (E) somente Augusto e Romeu, porque os herdeiros mais próximos afastam os mais remotos, não sendo eficaz a aceitação da herança pelos netos.



11. Entre os direitos reais de garantia e os privilégios há diferenças, como
- (A) enquanto os direitos reais de garantia resultam de determinação legal, os privilégios resultam de acordo entre as partes.
 - (B) os direitos reais de garantia conferem título de preferência, mas não o conferem os privilégios.
 - (C) os privilégios conferem título de preferência, mas não o conferem os direitos reais de garantia.
 - (D) os privilégios em geral conferem direito de seqüela, mas não o conferem os direitos reais de garantia.
 - (E) o privilégio não outorga poder imediato sobre determinada coisa, consoante se verifica com os direitos reais de garantia.
-
12. Na locação predial urbana, o locador é obrigado a
- (A) pagar o prêmio do seguro de fiança, quando for a modalidade de garantia acordada entre as partes.
 - (B) fornecer ao locatário recibo discriminado das importâncias por este pagas, vedada a quitação genérica.
 - (C) pagar as despesas ordinárias e extraordinárias de condomínio.
 - (D) fornecer ao locatário, independentemente de solicitação, descrição minuciosa do estado do imóvel, no início do contrato.
 - (E) pagar as despesas de força, luz, gás, água e esgoto, salvo estipulação em contrário no contrato.
-
13. No condomínio em edificações, o síndico será eleito na forma prevista
- (A) em lei, cujo mandato será de 1 ano, permitida reeleições, sendo que as funções administrativas podem ser delegadas a outras pessoas, de livre escolha da assembleia geral dos condôminos.
 - (B) em lei, cujo mandato não poderá exceder a prazo máximo fixado também em lei, sendo que as funções administrativas podem ser delegadas a pessoas de sua confiança e sob a sua inteira responsabilidade, mediante aprovação da assembleia geral dos condôminos, salvo disposição em contrário da convenção.
 - (C) na convenção, cujo mandato não poderá exceder o prazo máximo estabelecido em lei, o qual poderá renovar-se, sendo que as funções administrativas podem ser delegadas a pessoas de sua confiança e sob a sua inteira responsabilidade, mediante aprovação da assembleia geral dos condôminos, salvo disposição em contrário da convenção.
 - (D) na convenção, cujo mandato será de prazo fixado em lei, admitida a reeleição por uma única vez, sendo que as funções administrativas poderão ser delegadas a pessoas físicas ou jurídicas de sua confiança e sob sua responsabilidade, mediante aprovação da assembleia geral de condôminos.
 - (E) na convenção, cujo mandato será de 2 anos, admitidas reeleições, sendo que as funções administrativas poderão ser delegadas a pessoas de sua confiança e sob sua responsabilidade, independentemente de aprovação da assembleia dos condôminos, desde que ratificada a escolha por um conselho fiscal, salvo disposição em contrário na convenção.
-

Direito Processual Civil

14. O novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) dispõe que “na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis” (artigo 219, *caput*). Considerando-se que esta norma já foi publicada, porém ainda não entrou em vigor, a parte deve valer-se da forma de cômputo estabelecida pelo
- (A) novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) para todos os atos processuais, incluindo os anteriores à sua entrada em vigor, tendo em vista que a norma processual possui efeito retroativo.
 - (B) novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) para todos os atos processuais, incluindo os anteriores à sua publicação, tendo em vista que a norma processual possui efeito retroativo.
 - (C) novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) para os atos posteriores à sua publicação, ainda que antes da vigência, porque a lei gera efeitos durante a *vacatio legis*.
 - (D) Código de Processo Civil atual (Lei nº 5.869/1973) para todos os atos processuais, incluindo os que se iniciarem depois da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), tendo em vista que a lei deve respeitar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
 - (E) Código de Processo Civil atual (Lei nº 5.869/1973) enquanto este estiver em vigor, e da estabelecida pelo novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) apenas para os atos praticados depois do início de sua vigência, tendo em vista o efeito imediato da lei e a proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada.
-
15. Ao ajuizar ação contra W, Y possuía interesse processual. No entanto, durante o trâmite do processo, o interesse processual deixou de existir, tendo em vista que, por ato de Y, sem que X tenha tido responsabilidade, o provimento jurisdicional perseguido inicialmente deixou de ter utilidade. O processo será extinto
- (A) sem resolução de mérito, por ausência superveniente de condição da ação, com a condenação de X ao pagamento dos ônus da sucumbência.
 - (B) com resolução de mérito, pela renúncia ao direito sobre que se funda a ação, com a condenação de Y ao pagamento dos ônus da sucumbência.
 - (C) sem resolução de mérito, por ausência superveniente de condição da ação, com a condenação de Y ao pagamento dos ônus da sucumbência.
 - (D) com resolução de mérito, pela renúncia ao direito sobre que se funda a ação, com a condenação de X ao pagamento dos ônus da sucumbência.
 - (E) com resolução de mérito, por ausência superveniente de condição da ação, com a condenação de Y ao pagamento dos ônus da sucumbência.
-



16. P adquiriu, a prestações, terreno de propriedade de D, pessoa física sem atuação no ramo de imóveis, subscrevendo contrato que continha cláusula de eleição de foro, amplamente discutida e aceita pelos contratantes, segundo a qual a cobrança de parcelas em atraso se daria na Comarca de Campinas, no Estado de São Paulo, embora as partes possuam domicílio em Aracaju. Inadimplido o contrato, D ajuizou ação no foro contratualmente eleito para a cobrança das parcelas em atraso, e P não opôs exceção declinatória nem o juiz declarou a nulidade da cláusula de eleição de foro. De acordo com o Código de Processo Civil, o processo
- (A) deverá ser remetido à Comarca de Aracaju, porque, embora se trate de incompetência relativa, a nulidade da cláusula de eleição de foro pode ser declarada a qualquer tempo e grau de jurisdição, desde que tenha havido requerimento em preliminar de contestação.
 - (B) deverá ser remetido, inclusive de ofício, à Comarca de Aracaju, porque a ação se funda em direito real e não há prorrogação da competência em caso de incompetência absoluta.
 - (C) deverá ser remetido à Comarca de Aracaju, porque, embora se trate de incompetência relativa, a nulidade da cláusula de eleição de foro pode ser declarada, inclusive de ofício, a qualquer tempo ou grau de jurisdição.
 - (D) continuará a tramitar em Campinas, porque a competência se prorroga se a incompetência absoluta não é alegada por meio de exceção declinatória.
 - (E) continuará a tramitar perante a Comarca de Campinas, porque se prorrogou a competência, que possui natureza relativa.
-
17. Ao despachar petição inicial, o juiz verificou existir vício sanável e determinou a emenda no prazo de 10 dias. No entanto, na fluência do prazo, o autor requereu sua ampliação, o que foi deferido. Citado e intimado, o réu interpôs agravo de instrumento alegando ocorrência de preclusão, que, de acordo com jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça,
- (A) ocorreu, pois o prazo para emenda é dilatatório e não admite ampliação.
 - (B) não ocorreu, pois o prazo para emenda é dilatatório e admite ampliação.
 - (C) ocorreu, pois o prazo para emenda é peremptório e não admite ampliação.
 - (D) não ocorreu, pois o prazo para emenda é peremptório e admite dilação.
 - (E) não ocorreu, pois, apesar de peremptório, o autor requereu a ampliação do prazo enquanto ainda estava fluindo.
-
18. C ajuizou ação contra M no âmbito da qual requereu indenização por danos materiais em razão de acidente veicular. Citado, M denunciou a lide à Seguradora Z, a qual apresentou resposta. De acordo com jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, se o juiz se convencer da existência dos elementos para a responsabilização civil, a Seguradora Z
- (A) pode ser condenada apenas subsidiariamente a pagar indenização à vítima C, nos limites contratados na apólice.
 - (B) não pode ser condenada a pagar indenização à vítima C, ainda que subsidiariamente, em razão do princípio da relatividade dos contratos.
 - (C) pode ser condenada direta e solidariamente junto com o segurado M a pagar indenização integral à vítima C, ainda que supere os limites da apólice.
 - (D) pode ser condenada direta e solidariamente junto com o segurado M a pagar indenização à vítima C, nos limites contratados na apólice.
 - (E) pode ser condenada apenas subsidiariamente a pagar indenização integral à vítima C, ainda que supere os limites contratados na apólice.
-
19. J ajuizou ação monitória, fundada em cheque prescrito, contra B, emitente do cheque. Na petição inicial, J não mencionou o negócio subjacente à emissão da cártula nem a instruiu com demonstrativo de débito atualizado. De acordo com jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, o juiz deverá
- (A) indeferir de plano a petição inicial, por ausência de documento indispensável à propositura da ação.
 - (B) assegurar o direito de emendar a inicial para suprir a ausência do demonstrativo de débito atualizado, não sendo necessária menção ao negócio subjacente à emissão da cártula.
 - (C) determinar ao autor que emende a inicial para descrever o negócio jurídico subjacente à cártula, não sendo necessária a juntada de demonstrativo de débito atualizado.
 - (D) determinar ao autor que emende a inicial tanto para suprir a ausência do demonstrativo de débito atualizado como para descrever o negócio jurídico subjacente à cártula.
 - (E) indeferir de plano a petição inicial, por ausência de interesse processual na modalidade adequação.
-
20. G propôs ação contra J mas deixou de promover os atos e diligências que lhe competiam, abandonando a causa por mais de 30 dias. De acordo com o Código de Processo Civil e com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, a extinção do processo,
- (A) com resolução do mérito e pode ser decretada de ofício pelo juiz, depois de realizada a intimação do autor, na pessoa de seu advogado.
 - (B) com resolução do mérito e pode ser decretada de ofício pelo juiz, independentemente de intimação do autor.
 - (C) com resolução do mérito e depende de requerimento do réu.
 - (D) sem resolução do mérito e pode ser decretada de ofício pelo juiz, depois de realizada a intimação do autor, na pessoa de seu advogado.
 - (E) sem resolução do mérito e depende de requerimento do réu.



21. M ajuizou ação cominatória contra J e requereu a concessão de tutela antecipada, com a fixação de “astreintes”, o que foi deferido. J descumpriu a determinação judicial, incidindo na multa, razão pela qual M requereu sua execução provisória. De acordo com jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, a multa é devida
- (A) desde o dia em que configurado o descumprimento, mas não poderá ser objeto de execução provisória, porque a tutela antecipada possui natureza precária.
 - (B) desde o dia em que configurado o descumprimento, quando poderá ser executada provisoriamente, antes de sua confirmação pela sentença de mérito e independentemente dos efeitos em que venha a ser recebido eventual recurso, sobrestando-se os atos de constrição.
 - (C) desde o dia em que configurado o descumprimento, mas somente poderá ser objeto de execução provisória após sua confirmação pela sentença de mérito e desde que o recurso eventualmente interposto não seja recebido com efeito suspensivo.
 - (D) desde o dia em que configurado o descumprimento, mas somente poderá ser objeto de execução provisória após sua confirmação pela sentença de mérito, independentemente dos efeitos em que vier a ser recebido o recurso eventualmente interposto.
 - (E) somente depois da publicação da sentença de mérito que confirmar a antecipação da tutela, quando poderá ser objeto de execução provisória, independentemente dos efeitos em que vier a ser recebido o recurso eventualmente interposto.
-
22. De acordo com o Código de Processo Civil e com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, em impugnação ao cumprimento de sentença líquida, se o executado alegar, como única matéria de defesa, excesso de execução, deverá
- (A) apontar, na petição de impugnação, a parcela incontroversa do débito, bem como as incorreções do cálculo do credor, sob pena de rejeição liminar da impugnação, não se admitindo emenda à inicial.
 - (B) requerer, na própria petição de impugnação, a realização de perícia, formulando quesitos e indicando assistente, sob pena de preclusão.
 - (C) apontar, na petição de impugnação, a parcela incontroversa do débito, bem como as incorreções do cálculo do credor, sob pena de rejeição liminar da impugnação, admitindo-se, porém, emenda à inicial.
 - (D) juntar, com a petição de impugnação, comprovante de depósito do valor integral em execução, sob pena de rejeição liminar da impugnação, não se admitindo emenda à inicial.
 - (E) juntar, com a petição de impugnação, comprovante de depósito do valor incontroverso, sob pena de rejeição liminar da impugnação, admitindo-se, porém, emenda à inicial.
-
23. De acordo com jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação
- (A) não pode ser decretada de ofício, em razão do interesse público, demandando pedido expresso do executado e a posterior oitiva da Fazenda Pública.
 - (B) pode ser decretada de ofício, mas desde que a Fazenda Pública seja previamente ouvida.
 - (C) pode ser decretada de ofício, independentemente da oitiva prévia da Fazenda Pública.
 - (D) não pode ser decretada de ofício, em razão do interesse público, demandando pedido expresso do executado, porém dispensando a oitiva prévia da Fazenda Pública.
 - (E) pode ser decretada de ofício, mas desde que o executado e a Fazenda Pública sejam previamente ouvidos.
-
24. De acordo com jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, a propositura de ação cautelar de exibição de documentos bancários
- (A) é cabível como medida preparatória, a fim de instruir a ação principal, demandando a demonstração da existência de relação jurídica e a ausência de entrega do documento à parte quando da contratação, independentemente de prova de pedido prévio à instituição financeira e do pagamento do custo do serviço, ainda que exista previsão contratual ou normatização da autoridade monetária.
 - (B) não é cabível, visto tratar-se de documento franqueado à parte quando da celebração do contrato.
 - (C) somente é cabível se não se tratar de documento padronizado e disponibilizado, de maneira clara, ao público em geral.
 - (D) é cabível como medida preparatória, a fim de instruir a ação principal, bastando a demonstração da existência de relação jurídica entre as partes, a comprovação de prévio pedido à instituição financeira, não atendido em prazo razoável, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária.
 - (E) é cabível como medida preparatória, a fim de instruir a ação principal, independentemente do cumprimento de requisitos específicos, senão os previstos para as cautelares em geral.
-
25. K ajuizou contra W ação de despejo para uso próprio perante Vara do Juizado Especial da Comarca de Itabaiana, onde seu advogado possui escritório. K e W são domiciliados em Aracaju, onde também se situa o imóvel e onde deveria ter sido satisfeita a obrigação. De acordo com o que dispõe o texto da Lei nº 9.099/1995, o processo deverá
- (A) ser extinto em razão da incompetência relativa.
 - (B) ser extinto porque inadmissível, para as ações de despejo, o procedimento da Lei nº 9.099/1995.
 - (C) prosseguir perante a Comarca de Itabaiana, salvo se W opuser exceção de incompetência.
 - (D) ser remetido, de ofício, para a Comarca de Aracaju.
 - (E) ser extinto porque inadmissível, para as ações de despejo, o procedimento da Lei nº 9.099/1995, e também em razão da incompetência relativa.



26. Considere as proposições abaixo, a respeito da busca e apreensão por alienação fiduciária, considerando contrato firmado na vigência da Lei nº 10.931/2004, que alterou o Decreto-lei nº 911/1969.
- I. A busca e apreensão por alienação fiduciária constitui procedimento incidental ou preparatório de ação para cobrança da dívida, que, se não intentada no prazo de 30 dias da efetivação da liminar, implica extinção do processo sem resolução do mérito.
 - II. A notificação extrajudicial realizada e entregue no endereço do devedor, por via postal e com aviso de recebimento, é válida quando realizada por Cartório de Títulos e Documentos de outra Comarca, mesmo que não seja aquele do domicílio do devedor.
 - III. Compete ao devedor, no prazo de 5 dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida – entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial –, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária.
 - IV. A parte poderá apresentar resposta escrita, no prazo de 15 dias da execução da liminar, ainda que tenha pago a integralidade da dívida.

De acordo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I e II.

Direito do Consumidor

27. O Código de Defesa do Consumidor se utiliza das expressões “vulnerabilidade e “hipossuficiência” nos seus artigos. A respeito deste tema, é correto afirmar:
- (A) O juiz somente pode inverter o ônus da prova no processo civil quando estiverem presentes dois requisitos: hipossuficiência e verossimilhança da alegação do consumidor.
 - (B) São expressões sinônimas, uma vez que ambas definem a situação de fraqueza do consumidor perante o fornecedor.
 - (C) São sinônimas, mas hipossuficiência é a expressão utilizada quando se trata de aplicar o direito processual civil.
 - (D) A vulnerabilidade deve ser declarada pelo juiz para fins de aplicação das normas mais protetivas do consumidor.
 - (E) A vulnerabilidade é uma condição pressuposta nas relações de consumo e a hipossuficiência deve ser constatada no caso concreto.
28. É feita uma publicidade na TV, na qual é afirmado que determinado alimento tem qualidades terapêuticas para a prevenção de doenças. Provar a eventual veracidade da publicidade cabe
- (A) a todos os fornecedores da cadeia produtiva.
 - (B) apenas ao anunciante.
 - (C) ao anunciante e ao veículo de comunicação, solidariamente.
 - (D) ao consumidor que alega a enganiosidade, se não for hipossuficiente.
 - (E) ao anunciante e, subsidiariamente, ao veículo de comunicação.
29. No momento de pousar, avião da companhia aérea VOE BEM acaba ultrapassando a pista e cai sobre prédio de escritório da companhia aérea BOM POUZO. No que se refere à responsabilidade civil, considere as seguintes assertivas:
- I. Os empregados da empresa Bom Pousou, ou seus herdeiros, podem ajuizar ação de indenização contra a empresa Bom Pousou com base no Código de Defesa do Consumidor.
 - II. Os transeuntes que passavam em frente à empresa Bom Pousou, ou seus herdeiros, poderão ajuizar ação de indenização com base no Código de Defesa do Consumidor contra a empresa Voe Bem.
 - III. Os empregados da empresa Bom Pousou, ou seus herdeiros, podem ajuizar ação de indenização com base no Código de Defesa do Consumidor contra a empresa Voe Bem.
 - IV. Os empregados da empresa Bom Pousou, ou seus herdeiros, somente podem entrar com ação de indenização contra a empresa Bom Pousou, que, por sua vez, terá direito a ação de regresso contra a empresa Voe Bem.
 - V. Sendo a responsabilidade solidária, as empresas Voe Bem e Bom Pousou respondem diante dos empregados da empresa Bom Pousou com base no Código de Defesa do Consumidor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e V.
- (C) III e V.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.



30. No que se refere à aplicação das sanções administrativas com base no Código de Defesa do Consumidor, é INCORRETO afirmar:
- (A) A sanção de contrapropaganda pode ser imposta tanto administrativamente, quanto judicialmente.
 - (B) Havendo ação judicial na qual se discuta a imposição de sanção, a reincidência só se opera após o trânsito em julgado da decisão judicial.
 - (C) Em se tratado de serviços públicos concedidos, os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor não podem aplicar a pena de revogação de concessão, devendo encaminhar o tema à respectiva agência reguladora.
 - (D) A sanção de suspensão de atividade só pode ser aplicada no caso de reincidência do infrator.
 - (E) A Secretaria Nacional do Consumidor poderá avocar processos sancionatórios que apurem infração a direitos difusos em fase de apuração por mais de um Estado da federação.
-
31. No que se refere ao tema das ações coletivas para a defesa dos interesses previstos no parágrafo único do art. 81 do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que
- (A) a imposição de multa diária pelo juiz no curso da ação não depende de pedido do autor da ação.
 - (B) a coisa julgada se limita ao grupo, categoria ou classe de interessados, quando se tratar de interesses difusos.
 - (C) o ajuizamento de ações de indenização a título individual induz litispendência, quando se tratar de interesses individuais homogêneos.
 - (D) a coisa julgada é *erga omnes* nos casos de interesses difusos e coletivos.
 - (E) a improcedência da ação que tutelou interesses difusos sempre faz coisa *erga omnes*.
-
32. Considere a hipótese de uma explosão ocorrida em um restaurante, que funcionava dentro de um *shopping center*. A explosão foi causada por um botijão de gás, que ficava na cozinha do restaurante, e foi tão forte que feriu gravemente seus empregados, além de pessoas que estavam jantando, empregados da loja vizinha, um segurança do próprio *shopping center* e, ainda, pessoas que passavam pelo corredor. Levando em consideração as regras de responsabilidade previstas no Código de Defesa do Consumidor-CDC,
- (A) as pessoas que estavam passando pelo corredor e que não haviam adquirido qualquer produto, não podem pleitear indenização, com base no CDC, contra o *shopping center*, posto não se configurar relação jurídica de consumo.
 - (B) os empregados do restaurante podem pleitear indenização em juízo, contra o restaurante, com base no CDC, posto serem vítimas de um acidente de consumo.
 - (C) o segurança do *shopping center* pode pleitear indenização em juízo, contra o restaurante, com base no CDC, posto se tratar de vítima de um acidente de consumo.
 - (D) os frequentadores do restaurante que se feriram não podem pleitear indenização em juízo contra o *shopping center*, com base no CDC, posto não se configurar relação jurídica de consumo entre eles.
 - (E) o segurança do *shopping center* pode pleitear indenização em juízo contra o próprio shopping, com base no CDC, posto se tratar de vítima de um acidente de consumo.
-
33. O inquérito civil público
- (A) é condição para o ajuizamento de Ação Civil Pública sua instauração.
 - (B) é instrumento investigatório exclusivo do Ministério Público.
 - (C) é um instrumento necessário para a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta
 - (D) pode ser arquivado definitivamente pela autoridade que o instaurou.
 - (E) deve garantir o contraditório e a ampla defesa.
-
34. Um fabricante de automóvel apresenta comunicado aos consumidores, via mídia, informando que uma determinada série de fabricação de seus automóveis apresenta um problema grave no freio. Alerta, também que: (i) os consumidores devem, no prazo de 30 dias, levar o automóvel à concessionária mais próxima para que o problema seja sanado; (ii) o não comparecimento do consumidor no prazo importará em exclusão da responsabilidade da fabricante. Considerando o Código de Defesa do Consumidor, tal informe publicitário:
- I. Não atende à legislação, uma vez que a responsabilidade do fabricante persiste mesmo após o vencimento do prazo fixado no informe.
 - II. Atende à legislação, uma vez que o não atendimento ao *recall* pelo consumidor caracteriza sua culpa exclusiva.
 - III. Não está adequado, uma vez que o prazo de garantia no caso de vício em produtos duráveis é de 90 dias.
 - IV. Não está adequado, uma vez que com a ocorrência de responsabilidade solidária pelo defeito do produto entre a montadora e a concessionária, o prazo para sanar os vícios dos produtos deve ser contado em dobro, ou seja, o prazo é de 60 dias.
 - V. É aceitável a fixação do prazo em 30 dias para demonstrar a urgência do *recall*, uma vez que a legislação não estabelece prazo para tal hipótese.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e V.
 - (B) I e II.
 - (C) II e V.
 - (D) III e IV.
 - (E) IV e V.

**Direito da Criança e do Adolescente**

35. A respeito da tutela, é correto afirmar:
- (A) Pode conviver sem sobreposição com o exercício, por outrem, do poder familiar.
 - (B) Caso o tutor seja indicado em testamento, não há necessidade de posterior ratificação judicial.
 - (C) O dirigente de programa de acolhimento familiar é equiparado ao tutor.
 - (D) No caso da adoção por estrangeiro, deve ser conquistada previamente.
 - (E) É considerada forma de colocação em família substituta.
-
36. Trata-se de exemplo de linha de ação da política de atendimento na área da infância e juventude:
- (A) Municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto.
 - (B) Mobilização da sociedade civil para compor o sistema de garantia de direitos.
 - (C) Intersetorialização do atendimento da criança ou adolescente.
 - (D) Execução do programa de localização de crianças e adolescentes desaparecidos.
 - (E) Regionalização do atendimento do serviço básico à população infanto-juvenil.
-
37. No exercício da fiscalização e controle das entidades de atendimento,
- (A) a irregularidade a ser verificada sempre será referente ao programa de atendimento, e não à entidade não governamental.
 - (B) o procedimento de apuração de irregularidades na entidade de atendimento, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, pode ser instaurado mediante representação do Conselho Tutelar, do Ministério Público ou por portaria da própria autoridade judiciária que julgará o feito.
 - (C) é possível, em caráter liminar, o pedido e concessão do afastamento do dirigente, desde que de entidade não governamental.
 - (D) o procedimento específico de apuração de irregularidades busca, ao final, a cessação do programa de atendimento, não sendo alternativa para que a entidade faça ajustes em seu programa, removendo as irregularidades, o que, neste caso, seria próprio do mero expediente de apuração de denúncias de irregularidades.
 - (E) a Justiça da Infância e Juventude deve apurar se as entidades governamentais ou não governamentais, irregularmente, não possuem registro deferido pelo Conselho de Direitos.
-
38. A medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, aplicada a adolescente autor de ato infracional,
- (A) poderá ser cumprida mediante prestação de serviços à própria vítima de seu ato infracional, desde que o resultado não traga lucro a esta.
 - (B) não ultrapassará a jornada de oito horas de prestação de serviço aos finais de semana e feriados e de quatro horas, se em dias úteis.
 - (C) caso não cumprida a contento, pode ter seu período fixado na sentença em horas estendido durante a execução.
 - (D) o Estatuto da Criança e do Adolescente, com seu texto alterado, veda sua aplicação a adolescente menor de 14 anos de idade.
 - (E) será considerada devidamente cumprida mesmo que a atividade consistente na prestação de serviços tenha sido escolhida pelo próprio adolescente autor do ato infracional.
-
39. Sobre o procedimento de suspensão e/ou perda do poder familiar, é correto afirmar:
- (A) Ambos são procedimentos diversos e instaurados por motivos diversos.
 - (B) Em qualquer modalidade da adoção, poderá esta ser ajuizada cumulando-se o pedido de perda do poder familiar.
 - (C) A legitimidade ativa é exclusiva do Ministério Público no caso do procedimento de perda do poder familiar.
 - (D) Não são procedimentos de competência exclusiva do Juiz da Infância e Juventude.
 - (E) Em casos de denúncias de abuso sexual por parte dos pais ou responsáveis, admite-se o julgamento antecipado da lide.
-
40. Em relação às visitas realizadas a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação por prazo indeterminado, de acordo com a Lei nº 12.594/2012:
- (A) garante a visita íntima ao adolescente casado, deixando a critério da unidade a visita pelo companheiro que viva em união estável, após entrevista técnica.
 - (B) prevê a vedação de acesso do visitante que estiver portando objetos proibidos, e não somente do objeto encontrado em revista pessoal, conforme estabelecido no regimento interno da unidade visitada.
 - (C) prevê a vedação de visita por familiar que registre internação anterior na unidade.
 - (D) prevê que o documento de identificação do visitante seja o mesmo daquele que realizará a visita íntima, a fim de evitar tratamentos distintos e constrangedores.
 - (E) estabelece que, quando solicitado pela direção, o visitante deverá apresentar atestado médico de que conta com saúde regular, a fim de não causar malefícios aos internos.

**BLOCO II****Direito Penal**

41. João, brasileiro, é vítima de um furto na cidade de Paris, na França. O autor do delito foi identificado na ocasião, José, um colega brasileiro que residia no mesmo edifício que João. A Justiça francesa realizou o processo e ao final José foi definitivamente condenado a uma pena de 2 anos de prisão. Ambos retornaram ao país e José o fez antes mesmo de cumprir a sua condenação. Neste caso, conforme o Código Penal brasileiro,
- (A) não se aplica a lei penal brasileira, pois José já foi condenado pela justiça francesa.
 - (B) aplica-se a lei penal brasileira por ser o furto um delito submetido à extraterritorialidade incondicionada.
 - (C) aplica-se a lei penal brasileira, desde que haja requisição do Ministro da Justiça.
 - (D) aplica-se a lei penal brasileira, se não estiver extinta a punibilidade segundo a lei mais favorável.
 - (E) não se aplica a lei penal brasileira por ter sido o crime cometido em outro país.
-
42. A relação de causalidade constitui um pressuposto da imputação do resultado. Contudo, não basta a relação de causalidade para imputar um resultado como criminoso em certos casos. Tomando-se esta premissa como correta, Roxin desenvolveu critérios para a imputação objetiva de um resultado, e, dentre eles, NÃO se pode incluir
- (A) a criação de um risco proibido ao bem jurídico.
 - (B) o âmbito de proteção da norma de cuidado.
 - (C) a realização do risco no resultado.
 - (D) a heterocolocação da vítima em risco.
 - (E) o domínio do fato pelo domínio da vontade.
-
43. Com relação ao concurso de pessoas, na dogmática penal brasileira:
- (A) adota-se a teoria da participação integrada, que exige que o partícipe tenha apenas envolvimento objetivo com o resultado ocorrido.
 - (B) adota-se a teoria da acessoriedade limitada.
 - (C) é preciso que todos os elementos da teoria tripartite estejam presentes para a punição do partícipe.
 - (D) em aparatos organizados de poder não pode existir coautoria.
 - (E) a teoria do domínio do fato dispensa a identificação de provas de autoria.
-
44. Segundo a legislação brasileira, NÃO é circunstância que agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime, ter o agente cometido o delito
- (A) concorrendo para danos à propriedade alheia.
 - (B) em domingos ou feriados.
 - (C) mediante fraude ou abuso de confiança.
 - (D) contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.
 - (E) contra criança ou adolescente.
-
45. Segundo entendimento dos Tribunais Superiores, para a caracterização de crime de licitação, previsto no artigo 89 da Lei nº 8.666/1993 (*Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade*),
- (A) basta o descumprimento da formalidade administrativa.
 - (B) é suficiente o dolo de desobedecer as normas legais do procedimento licitatório e do efetivo prejuízo ao erário.
 - (C) não há necessidade de demonstração de prejuízo efetivo ao erário.
 - (D) o prejuízo é presumido pelo descumprimento da formalidade.
 - (E) é imprescindível a comprovação do dolo específico de causar dano à Administração pública, bem como o efetivo prejuízo ao erário.
-
46. A, cidadão americano, vem para o Brasil em férias, trazendo alguns cigarros de maconha. Está ciente que mesmo em seu país o consumo da substância não é amplamente permitido, mas, como possui câncer em fase avançada, possui receita médica emitida por especialista americano para utilizar substâncias que possuam THC. Ao passar pelo controle policial do aeroporto, é detido pelo crime de tráfico de drogas. Nesta situação, é possível alegar que A encontrava-se em situação de erro de
- (A) tipo.
 - (B) tipo permissivo.
 - (C) proibição direto.
 - (D) proibição indireto.
 - (E) tipo indireto.



47. No delito de receptação qualificada, a expressão “coisa que deve saber ser produto de crime” possui interpretação do STF no sentido de que
- (A) se trata de norma inconstitucional com relação ao preceito secundário, por violar o princípio da proporcionalidade quando comparada à pena prevista para o *caput*.
 - (B) se aplica apenas aos casos de dolo eventual, excluindo-se o dolo direto.
 - (C) abrange igualmente o dolo direto.
 - (D) configura má utilização da expressão, por ser indicativa de culpa consciente.
 - (E) impede que no exercício de atividade comercial possa se alegar receptação culposa.
-
48. Ocorrendo a prática de ato infracional, análogo ao delito do artigo 28 da Lei de Drogas, e concluindo o juiz pela aplicação de medida socioeducativa
- (A) não poderá aplicar a restritiva de liberdade.
 - (B) não poderá aplicá-las, exceto a de advertência.
 - (C) poderá aplicar a de restrição da liberdade somente em caso de descumprimento de medida anteriormente aplicada.
 - (D) poderá aplicar qualquer uma, exceto a de internação.
 - (E) poderá aplicar qualquer uma das previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
-
49. A conduta de quem exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente, configura um delito
- (A) tributário.
 - (B) de excesso de exação.
 - (C) de concussão.
 - (D) de corrupção ativa.
 - (E) de corrupção passiva.
-

Direito Processual Penal

50. Em relação às garantias constitucionais do processo penal, é correto afirmar que
- (A) a defesa da intimidade não é motivo para restrição da publicidade dos atos processuais.
 - (B) é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurada a competência para o julgamento, exclusivamente, dos crimes dolosos contra a vida.
 - (C) a garantia do juiz natural é contemplada, mas não só, na previsão de que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
 - (D) a garantia da duração razoável e os meios que garantam a celeridade da tramitação aplicam-se exclusivamente ao processo judicial.
 - (E) o civilmente identificado não será submetido, em nenhuma hipótese, a identificação criminal.
-
51. A lei processual penal
- (A) não admite aplicação analógica, salvo para beneficiar o réu.
 - (B) não admite aplicação analógica, mas admite interpretação extensiva.
 - (C) somente pode ser aplicada a processos iniciados sob sua vigência.
 - (D) admite o suplemento dos princípios gerais de direito.
 - (E) admite interpretação extensiva, mas não o suplemento dos princípios gerais de direito.
-
52. Em relação à competência no processo penal, é correto afirmar:
- (A) Se, não obstante a conexão ou continência, forem instaurados processos diferentes, a autoridade de jurisdição prevalente deverá avocar os processos que corram perante os outros juízes, salvo se já estiverem com sentença definitiva.
 - (B) Nos casos de ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou residência do réu ainda quando conhecido o lugar da infração.
 - (C) Na determinação da competência por conexão ou continência, preponderará a competência do lugar da infração à qual for cominada pena mais grave, entendida esta como a que tem pena mínima cominada mais alta.
 - (D) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, apenas no momento do oferecimento da denúncia, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
 - (E) A competência especial por prerrogativa de função, relativa a atos administrativos do agente, prevalece ainda que o inquérito ou a ação judicial sejam iniciados após a cessação do exercício da função pública.
-



53. Sobre a prisão processual e as medidas cautelares alternativas à prisão, é correto afirmar:
- (A) É incabível prisão preventiva, no curso da ação penal, a requerimento do assistente do Ministério Público.
 - (B) Será admitida a decretação da prisão preventiva, independentemente do máximo da pena privativa de liberdade cominada, em caso de o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
 - (C) A fiança poderá ser reduzida, mas não dispensada, de acordo com a situação econômica do preso.
 - (D) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 70 anos.
 - (E) É incabível concessão de fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima seja superior a 4 anos.
-
54. Na execução penal, de acordo com entendimento sumulado de Tribunal Superior,
- (A) é concorrente a legitimidade do Ministério Público e da Procuradoria da Fazenda Pública para a execução fiscal de multa pendente de pagamento imposta em sentença condenatória.
 - (B) admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena, mas não a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
 - (C) o fato de o réu se encontrar em prisão especial impede a progressão de regime de execução da pena, fixada em sentença não transitada em julgado.
 - (D) a falta grave interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.
 - (E) o benefício de saída temporária no âmbito da execução penal é ato jurisdicional insuscetível de delegação à autoridade administrativa do estabelecimento prisional.
-
55. João foi denunciado pela prática de tráfico ilícito de entorpecente. Diante disso,
- (A) caso João venha a ser condenado à pena de 6 anos de reclusão, deverá necessariamente iniciar o cumprimento da pena em regime fechado, de acordo com entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores.
 - (B) caso tenha havido prisão em flagrante, o perito que tiver subscrito o laudo de constatação da natureza e quantidade de droga, para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, não ficará impedido de participação da elaboração do laudo definitivo.
 - (C) caso seja reconhecido que João não integra organização criminosa, ainda que reincidente, a pena privativa de liberdade que lhe vier a ser imposta deverá ser convertida em pena restritiva de direitos.
 - (D) recebida a denúncia, João será citado para audiência de instrução e julgamento, que se iniciará com a inquirição das testemunhas, segundo expressa previsão legal.
 - (E) caso João tenha sido preso em flagrante delito, não lhe poderia ter sido concedido liberdade provisória.
-
56. No tocante à interceptação telefônica, de acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é INCORRETO afirmar:
- (A) A transcrição integral do conteúdo de gravação das interceptações telefônicas é dispensável, sendo imprescindíveis tão somente os trechos que digam respeito ao investigado – embasadores da denúncia –, para que, assim, exerça o contraditório e a ampla defesa.
 - (B) Admite-se a serendipidade, ou seja, a descoberta de fatos novos advindos do monitoramento judicialmente autorizado pode resultar na identificação de pessoas inicialmente não relacionadas no pedido da medida probatória, mas que possuam estreita ligação com o objeto da investigação, e tal circunstância não invalida a utilização das provas colhidas contra esses terceiros.
 - (C) A condução dos trabalhos de interceptação telefônica autorizada judicialmente por órgão da Polícia Militar – Agência de Inteligência – implica ilegitimidade na execução da medida constritiva.
 - (D) O prazo de duração da interceptação telefônica pode ser seguidamente prorrogado, quando a complexidade da investigação assim o exigir, desde que em decisão devidamente fundamentada.
 - (E) Embora a interceptação telefônica só possa ser autorizada para fins de produção de prova em investigação ou processo criminal, o certo é que, uma vez autorizada judicialmente, o seu conteúdo pode ser utilizado para fins de imposição de pena, inclusive de perda de cargo, função ou mandato, não se mostrando razoável que as conversas gravadas, cujo teor torna-se público com a prolação de sentença condenatória, não sejam aproveitadas na esfera civil ou administrativa.
-
57. Em relação à investigação e aos meios de obtenção de prova, previstos na lei de organização criminosa, é correto afirmar:
- (A) A ação controlada será autorizada pelo prazo de até 6 meses, improrrogáveis.
 - (B) O delegado de polícia terá acesso, independentemente de autorização judicial, apenas aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.
 - (C) O juiz pode recusar a homologação à proposta de delação que não atenda aos requisitos legais, mas não poderá adequá-la ao caso concreto.
 - (D) As partes podem se retratar da proposta de delação, caso em que as provas autoincriminatórias produzidas pelo colaborador não poderão ser utilizadas em seu desfavor.
 - (E) A infiltração de agentes depende sempre de representação do delegado de polícia e de autorização judicial circunstanciada, motivada e sigilosa.

**Direito Constitucional**

58. Considere as situações abaixo.

- I. Ação popular visando à anulação de ato do Conselho Nacional de Justiça que concedeu auxílio-moradia diferenciado a seus membros que são juízes de primeira instância.
- II. Mandado de segurança contra ato do Tribunal de Contas da União que negara ao impetrante vista de processo em que a este é imputada prática de conduta ilícita.
- III. Mandado de injunção visando suprir omissão de norma regulamentadora de direito de atribuição do Banco Central.
- IV. Ação movida por juiz do Trabalho pleiteando reconhecimento do direito à correção monetária incidente sobre abono variável cujo pagamento é estabelecido em lei federal.

À luz da Constituição da República e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, este terá competência originária para julgar APENAS as ações referidas em

- (A) III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e II.

59. NÃO é cabível reclamação, perante o Supremo Tribunal Federal, em face de

- (A) decisão judicial de primeira instância que, em decorrência da não realização de depósito prévio para garantia do juízo, julga extinta, sem resolução de mérito, ação judicial em que se discuta a exigibilidade de crédito tributário.
- (B) decisão de Ministro de Estado que nega conhecimento a recurso administrativo, em sede de processo administrativo no âmbito do Ministério, em função do não atendimento à exigência de realização de depósito prévio em dinheiro como requisito de admissibilidade recursal.
- (C) ato de Reitoria de Universidade Pública que estabelece a cobrança de taxa de matrícula para os ingressantes que tenham cursado o ensino médio em instituição particular.
- (D) decisão judicial não transitada em julgado que aumenta vencimentos de servidores públicos de determinada categoria, sob o fundamento de isonomia com outros aos quais a lei outorgou benefício com exclusividade.
- (E) lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área do Município.

60. Ao disciplinar a exploração do serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, a Constituição da República estabelece que

- (A) a outorga e renovação da concessão, permissão e autorização para o serviço compete ao Congresso Nacional, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.
- (B) a outorga e renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.
- (C) o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão, dependendo de decisão judicial o cancelamento da concessão ou da permissão, antes de vencido o prazo.
- (D) o Conselho de Comunicação Social, instituído pelo Poder Executivo, na forma da lei, funcionará como órgão auxiliar do Congresso Nacional, em suas atribuições relacionadas ao serviço.
- (E) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de quinze anos.

61. Na hipótese de o Presidente da República decretar, no mês de janeiro, estado de exceção em determinada região do país, em função de ameaças à ordem pública e paz social decorrentes de desastres provocados pelas chuvas torrenciais do início do ano, sem que tenha havido anterior decreto de exceção pelo mesmo fato, deverá o

- (A) Congresso Nacional ser convocado, extraordinariamente, no prazo de cinco dias, pelo Presidente do Senado Federal, para decidir, por maioria absoluta, sobre o estado de defesa.
- (B) Congresso Nacional ser convocado, extraordinariamente, no prazo de vinte e quatro horas, pelo Presidente da República, para decidir, por maioria absoluta, sobre o estado de defesa.
- (C) Presidente da República submeter o ato, no prazo de cinco dias, ao Congresso Nacional, para que este decida, por maioria qualificada, sobre o estado de defesa.
- (D) Presidente da República submeter o ato, no prazo de vinte e quatro horas, ao Congresso Nacional, para que este decida, por maioria absoluta, sobre o estado de sítio.
- (E) Presidente do Senado Federal, no prazo de vinte e quatro horas, convocar o Congresso Nacional, para que este decida, pelo voto de dois terços de seus membros, sobre o estado de sítio.



62. Lei de Município sergipano disciplinou a exploração, direta ou mediante concessão, de serviços locais de gás canalizado. À luz das disposições normativas pertinentes e considerando que a Constituição do Estado reproduziu a disciplina da Constituição Federal nessa matéria, referida Lei municipal é
- (A) compatível com a Constituição da República, por se tratar exercício regular de competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local.
 - (B) incompatível com a Constituição da República, por ofensa à competência privativa da União para legislar sobre recursos minerais, sendo passível de questionamento mediante arguição de descumprimento de preceito fundamental, perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (C) incompatível com a Constituição da República e com a Constituição do Estado, por ofensa à competência privativa da União para legislar sobre recursos minerais, sendo passível de questionamento mediante ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado.
 - (D) incompatível com a Constituição da República e com a Constituição do Estado, por ofensa à competência atribuída ao Estado-membro, sendo passível de questionamento mediante ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado.
 - (E) incompatível com a Constituição da República e com a Constituição do Estado, por ofensa à competência atribuída ao Estado-membro, sendo passível de questionamento mediante arguição de descumprimento de preceito fundamental, perante o Supremo Tribunal Federal.
-
63. À luz da Constituição da República e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a alteração do prazo de recolhimento de contribuição social incidente sobre o faturamento da empresa, de modo a antecipá-lo em relação ao vigente,
- (A) requer edição de lei complementar, passível de exigência após decorridos noventa dias da data de sua publicação, ainda que no mesmo exercício financeiro.
 - (B) não requer edição de lei complementar, tampouco se sujeita a qualquer anterioridade, sendo passível de exigência imediata.
 - (C) requer edição de lei complementar, passível de exigência no exercício financeiro seguinte, desde que decorridos noventa dias da data de sua publicação.
 - (D) requer edição de lei complementar, mas não se sujeita a qualquer anterioridade, sendo passível de exigência imediata.
 - (E) não requer edição de lei complementar, sendo passível de exigência desde que decorridos noventa dias da data de sua instituição, ainda que no mesmo exercício financeiro.
-
64. Considere as situações abaixo.
- I. Deputado Estadual, em entrevista a uma emissora nacional de rádio e televisão sobre os trabalhos de comissão parlamentar de inquérito que preside, confirma ter apresentado requerimento para convocação do Secretário de Estado da Educação para prestar depoimento relativamente a suposto desvio de verbas públicas na área. O Secretário em questão, considerando-se ofendido em sua honra, simultaneamente, formula queixa criminal e ajuíza ação de indenização por danos morais, em face do Deputado Estadual.
 - II. No curso de apurações efetuadas em sede de processo administrativo no âmbito de determinada Secretaria de Estado, Deputado Estadual atualmente em exercício de mandato é identificado como suposto beneficiário de recursos públicos originalmente destinados à aquisição de equipamentos de informática, na época em que ocupava cargo de assessoramento no órgão da Administração em questão. De posse das evidências coligidas administrativamente e encaminhadas para seu conhecimento e providências, o Ministério Público promove, simultaneamente, ação penal e ação civil pública, em face do Deputado Estadual.
- Se as situações relatadas envolvessem órgãos do Poder do Estado de Sergipe, o Deputado Estadual
- (A) gozaria de inviolabilidade, civil e penal, em ambas situações, podendo, no entanto, o andamento das ações ser susgado pela Assembleia Legislativa, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros.
 - (B) gozaria de inviolabilidade, civil e penal, apenas em relação à situação I, podendo o andamento da ação penal, na situação II, depois de recebida a denúncia pelo Tribunal de Justiça e até a decisão final, ser susgado pela Assembleia Legislativa, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros.
 - (C) gozaria de inviolabilidade penal, em ambas situações, estando sujeito, contudo, às consequências de seus atos na esfera cível, independentemente de autorização da Assembleia Legislativa para a instauração dos processos respectivos.
 - (D) gozaria de inviolabilidade, civil e penal, apenas em relação à situação II, podendo o andamento da ação penal, na situação I, depois de recebida a denúncia pelo Tribunal de Justiça e até a decisão final, ser susgado pela Assembleia Legislativa, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros.
 - (E) não gozaria de inviolabilidade, em nenhuma das situações relatadas, pois esta somente é assegurada a Deputados Federais e Senadores, estando assim sujeito às consequências de seus atos, civil e penalmente, independentemente de autorização da Assembleia Legislativa para a instauração dos processos respectivos.



65. Considere as situações abaixo à luz da Constituição do Estado de Sergipe.
- I. Introdução de alterações no estatuto dos servidores públicos estaduais.
 - II. Estabelecimento de uma nova lei orgânica para a Procuradoria Geral do Estado.
 - III. Escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado dentre Procuradores do Ministério Público Especial junto àquele Tribunal.
 - IV. Estabelecimento de limites para a concessão de garantias pelo Estado em operações de crédito.

São atribuições constitucionais do Governador do Estado a

- (A) iniciativa privativa de lei complementar para disciplinar as matérias referidas em I e II, sendo ambas vedadas à lei delegada; e a escolha referida em III, sujeita à aprovação prévia da Assembleia Legislativa, não possuindo o Governador atribuição em relação à matéria referida em IV, de competência exclusiva da Assembleia Legislativa.
- (B) escolha referida em III, sujeita à aprovação prévia da Assembleia Legislativa; e a sanção às matérias referidas em I, II e IV, de competência exclusiva da Assembleia Legislativa e, por esta razão, não passíveis de delegação ao Governador.
- (C) iniciativa privativa de lei complementar para disciplinar as matérias referidas em I e II, sendo ambas vedadas à lei delegada; e a nomeação do Conselheiro referido em III, cuja escolha compete à Assembleia Legislativa, não possuindo o Governador atribuição em relação à matéria referida em IV, de competência exclusiva da Assembleia Legislativa.
- (D) iniciativa de lei para disciplinar as matérias referidas em I e II, sendo ambas passíveis de delegação mediante Resolução da Assembleia Legislativa; a nomeação do Conselheiro referido em III, cuja escolha compete à Assembleia Legislativa; e a sanção à matéria referida em IV, de competência da Assembleia Legislativa.
- (E) iniciativa privativa de lei para disciplinar as matérias referidas em I e II, sendo apenas a segunda passível de delegação mediante Resolução da Assembleia Legislativa; a escolha referida em III, sujeita à aprovação prévia da Assembleia Legislativa; e a sanção à matéria referida em IV, de competência da Assembleia Legislativa.

Direito Eleitoral

66. Ao Procurador-Geral eleitoral, como chefe do Ministério Público Eleitoral, no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, compete
- (A) substituir os Ministros do Tribunal em suas ausências ocasionais.
 - (B) assistir as sessões do Tribunal, sem tomar parte nas discussões.
 - (C) officiar em todos os recursos encaminhados ao Tribunal.
 - (D) exercer a ação penal pública, exceto nos feitos de competência originária do Tribunal.
 - (E) expedir instruções aos Juízes Eleitorais dos Tribunais Regionais Eleitorais.
67. Para fins de expedição da certidão de quitação eleitoral destinada a instruir o pedido de registro de candidaturas, analise:
- I. Considerar-se-ão quites os candidatos que, condenados ao pagamento de multa, tenham, até a data de formalização do pedido de registro de sua candidatura, comprovado o pagamento ou o parcelamento da dívida regularmente cumprido.
 - II. A existência de responsabilidade solidária por parte de candidato impede a expedição da certidão de quitação eleitoral, se não houver pagamento até a data do pedido de registro da candidatura.
 - III. As multas eleitorais poderão ser parceladas até 48 meses, desde que não ultrapassem o limite de 20% da renda do candidato.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) II e III.
 - (C) I e II.
 - (D) I.
 - (E) II.

68. A respeito do rito processual penal eleitoral, é correto afirmar que o prazo para
- (A) oferecimento da denúncia pelo Ministério Público é de 10 dias.
 - (B) o réu ou seu defensor oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas é de 15 dias.
 - (C) apresentação de alegações finais pela acusação e pela defesa é de 10 dias.
 - (D) o juiz proferir a sentença é de 15 dias.
 - (E) interposição de recurso para o Tribunal Regional Eleitoral é de 5 dias.

69. A respeito da propaganda eleitoral, é correto afirmar que:
- (A) é absolutamente vedada a veiculação de propaganda eleitoral nas dependências do Poder Legislativo.
 - (B) a propaganda eleitoral mediante *outdoors* só é permitida após a realização de sorteio dos locais pela Justiça Eleitoral.
 - (C) para fins de propaganda eleitoral na internet, é vedada a venda de cadastro de endereços eletrônicos.
 - (D) é permitida, no dia da eleição, a aglomeração silenciosa de pessoas portando vestuário padronizado, de modo a caracterizar manifestação coletiva.
 - (E) a propaganda paga na imprensa escrita e a reprodução na internet do jornal impresso são permitidas até o dia das eleições.



70. A impugnação de pedido de registro de candidatura NÃO pode ser feita

- (A) por qualquer eleitor.
- (B) por partido político.
- (C) por coligação.
- (D) pelo Ministério Público.
- (E) por candidato.

BLOCO III

Direito Empresarial

71. A Companhia Laticínios Saudáveis é uma sociedade anônima fechada cujo estatuto estabelece a divisão do capital social em duas classes de ações ordinárias e outras duas classes de ações preferenciais, uma destas com direito a voto e outra sem. Para a sociedade abrir o seu capital, de modo a se tornar uma companhia aberta,

- (A) todas as ações preferenciais deverão ser convertidas em ações ordinárias.
- (B) todas as classes de ações preferenciais deverão passar a ter direito a voto.
- (C) nenhuma classe de ações preferenciais poderá ter direito a voto.
- (D) as ações preferenciais deverão ser convertidas em ações de fruição.
- (E) as ações ordinárias deverão ser reunidas numa única classe.

72. André e Beatriz constituíram uma sociedade em conta de participação, André na qualidade de sócio ostensivo e Beatriz na de sócia participante. Caso tome parte nas relações de André com terceiro, Beatriz

- (A) responderá solidariamente com André pelas obrigações em que intervier.
- (B) responderá subsidiariamente a André pelas obrigações em que intervier.
- (C) não responderá pelas obrigações em que intervier, nem mesmo perante André.
- (D) responderá pelas obrigações em que intervier perante André, mas não perante o terceiro.
- (E) não responderá pelas obrigações em que intervier, salvo se expressamente assim se comprometer.

73. Considere as proposições abaixo acerca do nome empresarial.

- I. A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob denominação social.
- II. A sociedade anônima poderá adotar firma ou denominação social.
- III. O nome de sócio que vier a falecer pode ser conservado na firma social.
- IV. O nome empresarial não pode ser objeto de compra e venda.
- V. A sociedade em conta de participação não pode ter firma ou denominação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e V.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) IV e V.

74. A empresa Logística XPTO Ltda. ajuizou pedido de recuperação judicial. Na mesma decisão em que foi deferido o processamento do pedido, o juiz mandou publicar edital contendo a relação nominal dos credores, com a discriminação do valor atualizado e da classificação dos créditos, conforme relação apresentada pelo próprio devedor com a petição inicial. Publicado esse edital, previsto no art. 52, § 1º, da Lei nº 11.101/2005, os credores terão o prazo de

- (A) 45 dias para apresentar suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos nele relacionados, devendo fazê-lo ao administrador judicial.
- (B) 15 dias para apresentar suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos nele relacionados, devendo fazê-lo ao administrador judicial.
- (C) 15 dias para apresentar suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos nele relacionados, devendo fazê-lo ao juiz.
- (D) 45 dias para apresentar suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos nele relacionados, devendo fazê-lo ao juiz.
- (E) 30 dias para apresentar suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos nele relacionados, devendo fazê-lo ao comitê de credores, se houver, ou, na sua falta, ao administrador judicial.

75. Determinada empresa formulou pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido pelo juiz. A Assembleia-Geral de Credores, porém, rejeitou o plano de recuperação apresentado pelo devedor, dado que reprovado por todas as classes de credores. Nos termos da Lei nº 11.101/2005, nesse caso, o juiz deverá

- (A) conceder ao devedor prazo de 30 dias para formular plano alternativo, a fim de que seja submetido à Assembleia-Geral de Credores.
- (B) determinar ao administrador judicial a formulação de plano alternativo no prazo de 30 dias, a fim de que seja submetido à Assembleia-Geral de Credores.
- (C) decretar a falência do devedor, contra o que caberá a interposição de apelação.
- (D) decretar a falência do devedor, contra o que caberá a interposição de agravo de instrumento.
- (E) conceder a recuperação judicial ao devedor, se convencido de que o plano rejeitado pela Assembleia-Geral de Credores atende aos interesses dos trabalhadores, haja vista a vulnerabilidade deles.



76. De acordo com a redação atual da Lei nº 9.492/1997, que regula o protesto de títulos e documentos,
- (A) não se sujeitam a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, nem das respectivas fundações e autarquias.
 - (B) poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, desde que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado.
 - (C) todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, cabendo ao Tabelião de Protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade.
 - (D) o protesto será registrado dentro de 10 dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida.
 - (E) antes da lavratura do protesto, o apresentante não poderá retirar o título ou documento de dívida, salvo se apresentada prova escrita da anuência do devedor.

Direito Tributário

77. Sobre a instituição de tributo que tenha como fato gerador a movimentação financeira caracterizada por saques e transferências bancárias de dinheiro, é correto afirmar que:
- (A) este tributo somente pode ter natureza jurídica de imposto extraordinário da União, mediante lei ordinária.
 - (B) a movimentação financeira não pode ser fato gerador de qualquer tributo por não ter caráter econômico, razão pela qual haveria inconstitucionalidade na instituição deste tributo.
 - (C) por ter fato gerador novo, não previsto na Constituição Federal, somente pode ser instituído por Emenda Constitucional.
 - (D) pode ser instituído pela União, no campo da competência residual, desde que por lei complementar e que não seja cumulativo, pois o fato gerador não está discriminado na Constituição.
 - (E) terá necessariamente natureza jurídica de contribuição de intervenção no domínio econômico, de competência exclusiva da União.
-
78. Uma lei estadual que concede alíquota diferenciada de ICMS sobre importação de produtos realizada por porto localizado em seu território,
- (A) é constitucional, pois está dentro da competência dos Estados-membros instituir e modificar alíquotas dos impostos de sua competência.
 - (B) pode ter alíquotas diferenciadas de ICMS, uma vez que se trata de imposto seletivo.
 - (C) é inconstitucional sem que haja decisão unânime do CONFAZ autorizando os Estados-membros a conceder benefícios fiscais.
 - (D) somente o CONFAZ pode conceder benefícios fiscais relativamente ao ICMS.
 - (E) somente poderá ser concedido por lei complementar federal, pois em razão da uniformidade geográfica, as isenções, incentivos e benefícios fiscais serão os mesmos para todos os Estados e para o Distrito Federal.
-
79. Sobre fraude à execução em matéria tributária, é correto afirmar que:
- (A) tem como marco inicial a alienação ou oneração de bens após a inscrição em dívida ativa, desde que não tenham sido reservados bens ou rendas suficientes ao pagamento total da dívida.
 - (B) é presumida de forma absoluta qualquer alienação ou oneração de bens que reduzam o contribuinte à insolvência.
 - (C) pode ser reconhecida administrativamente em sede de arrolamento fiscal de bens, quando a alienação ocorreu após inscrição da dívida ativa e tenha reduzido o contribuinte à insolvência.
 - (D) pressupõe que tenha havido liminar concedida em sede de medida cautelar fiscal, impedindo a alienação ou oneração de bens imóveis ali constantes.
 - (E) ocorre em relação a alienação de bens imóveis de contribuinte que tenha dívida ativa superior a dois milhões de reais, desde que não tenha reservado bens suficientes para garantir a dívida.
-
80. Um contribuinte foi notificado em 1 de março de 2010, para pagamento de crédito tributário, cujo fato gerador ocorreu em 25 de setembro de 2004. Como estava precisando de uma certidão negativa de débitos tributários para fins de comprovação de regularidade fiscal em processo licitatório, pagou o crédito devido com multa, juros e correção monetária em 30 de junho de 2015. Este pagamento foi
- (A) indevido, uma vez que já havia se operado a decadência para o Fisco constituir o crédito tributário.
 - (B) devido sem juros e correção monetária, pois houve pagamento espontâneo antes de qualquer medida de iniciativa do Fisco, caracterizando denúncia espontânea da infração.
 - (C) indevido por ter se operado a prescrição para o Fisco constituir o crédito tributário.
 - (D) devido sem multa por ter ocorrido denúncia espontânea da infração e o pagamento voluntário pelo contribuinte.
 - (E) devido, por se tratar de obrigação natural.



81. Em havendo um contrato celebrado por instrumento público, devidamente registrado no Ofício de Títulos e Documentos, as partes convencionam obrigações recíprocas e, dentre elas, a de atribuir responsabilidade solidária aos contratantes pelo pagamento dos tributos incidentes sobre o objeto do contrato. Com os fatos apresentados, o contrato
- (A) celebrado por instrumento público e registrado em cartório tem força para alterar a capacidade tributária passiva, atribuindo-a a terceiras pessoas, sendo oponível ao Fisco.
 - (B) celebrado por instrumento público tem força de ato público e como tal é suficiente para transferir para terceiros a capacidade tributária passiva.
 - (C) não tem qualquer eficácia perante o Fisco, salvo se houver lei do ente competente autorizando convenção particular alterar a capacidade tributária passiva.
 - (D) é nulo por ser vedado expressamente por lei a convenção entre as partes que disponha sobre responsabilidade tributária solidária entre os contratantes, pois só a lei pode assim dispor.
 - (E) mesmo que não seja aquele definido em lei como o sujeito passivo da obrigação tributária, em razão da convenção de solidariedade passiva entre os contratantes, o Fisco pode optar por cobrar a integralidade do crédito de apenas de um dos contratantes.
-
82. Considerando as fontes do Direito Tributário, considere:
- I. A lei complementar é hierarquicamente superior à lei ordinária, quando define fato gerador, base de cálculo e contribuintes dos impostos discriminados na Constituição Federal.
 - II. Existe hierarquia entre as leis complementares e as normas complementares em matéria tributária.
 - III. A resolução do Senado Federal é hierarquicamente inferior às leis ordinárias instituidoras de IPVA e ICMS.
 - IV. A emenda constitucional é fonte instituidora de contribuições sociais dentro da competência residual da União, sendo o veículo legislativo indicado para instituição de contribuição sobre movimentação financeira.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) III e IV.
 - (C) I e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) II e III.
-
83. A ação para consignação em pagamento em matéria tributária tem cabimento quando
- (A) o sujeito passivo se recusa a pagar o crédito tributário devido.
 - (B) existe erro na identificação do sujeito passivo.
 - (C) o sujeito passivo faz pagamento a maior ou indevido.
 - (D) dois sujeitos ativos exigem tributos idênticos sobre o mesmo fato gerador.
 - (E) em caso de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.
-
84. Após concretização de negócio jurídico de compra e venda de bem imóvel, devidamente registrado no cartório de registro de imóveis, foi o negócio declarado nulo por decisão judicial transitada em julgado. Relativamente ao pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis por ato *inter vivos* a título oneroso – ITBI incidente sobre a compra e venda do bem imóvel,
- (A) se tornou indevido, devendo ser integralmente restituído ao contribuinte que fez o pagamento, já que se tratou de negócio jurídico nulo.
 - (B) se tornou indevido, pois houve declaração de nulidade, o que não ocorreria se se tratasse de anulação do negócio jurídico, hipótese em que o imposto teria sido devido.
 - (C) como não existiu o fato gerador do imposto, seu pagamento foi indevido e deve ser restituído ao contribuinte dentro do prazo prescricional de 5 anos a contar do fato gerador.
 - (D) muito embora o fato gerador não tenha ocorrido e seja indevido o pagamento do imposto, como o mesmo foi pago não há como restituí-lo ao contribuinte.
 - (E) foi devido o pagamento e não há direito à restituição, pois a definição legal do fato gerador independe da validade e dos efeitos dos atos praticados.
-
85. Em sede de ilícito penal e ilícito administrativo, é correto afirmar:
- (A) A sanção penal exclui a sanção administrativa, mas a sanção administrativa não exclui, por si só, a sanção penal.
 - (B) Segundo entendimento pacífico do STF o pagamento integral do débito tributário depois do oferecimento da denúncia não extingue a punibilidade nos crimes contra a ordem tributária.
 - (C) Para que seja possível ação penal que tenha por objeto crime contra a ordem tributária é necessário que tenha havido completo exaurimento do procedimento administrativo que decida pela existência fiscal do crédito tributário.
 - (D) A simples falta de cumprimento de obrigação tributária principal já caracteriza crime contra a ordem tributária, ainda que não tenha havido qualquer prática tendente a ocultar ou retardar a exteriorização do fato gerador.
 - (E) Não cabe a tributação de rendimentos auferidos pelo exercício de atividade ilícita, pois o tributo teria caráter de penalidade e tributo não pode ser sanção por ato ilícito.

**Direito Administrativo**

86. Um contrato de concessão patrocinada, regido pela Lei nº 11.079/2004, agregou ao dever de ampliação e exploração de modal de transporte ferroviário a obrigação de desapropriação das áreas necessárias ao prolongamento das linhas. Essa disposição contratual que atribuiu as desapropriações para o parceiro privado
- (A) não encontra respaldo legal, tendo em vista que a Lei nº 11.079/2004 não trouxe dispositivo expresso autorizando a delegação dessa competência, não sendo autorizado conferir interpretação extensiva ao disposto sobre esse ponto no Decreto-lei nº 3.365/1941, bem como na Lei nº 8.987/1995.
 - (B) é inconstitucional, pois é inerente às parcerias público-privadas a repartição de riscos, de modo que atrelar essa obrigação integralmente ao parceiro privado desnatura aquele instituto, transmutando-o para concessão comum.
 - (C) é plenamente válida, havendo dispositivo na Lei nº 11.079/2004 que remete ao regime da Lei nº 8.987/1995 no que concerne à delegação de competências para promover as desapropriações.
 - (D) é legal e válida, pois encontra fundamento na aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, que trata das aquisições de bens pela Administração pública, o que é passível de delegação ao particular via contrato.
 - (E) dependeria de autorização legal específica para a delegação da competência, em razão da gravidade e do poder de império que estão contidos nessa decisão.

87. Considere as assertivas abaixo a respeito dos contratos administrativos.

- I. A mutabilidade dos contratos administrativos é a característica dos instrumentos dessa natureza que concede à Administração pública a possibilidade de alteração unilateral do contrato, limitada no aspecto qualitativo e ilimitada no aspecto quantitativo.
- II. À prerrogativa de alteração unilateral dos contratos corresponde o direito do contratado ao restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, limitado a 25% do valor do contrato.
- III. As alterações, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, estão sujeitas aos limites percentuais impostos pela Lei nº 8.666/93 para as quantitativas, admitido que se ultrapasse esses limites em situações excepcionais de aditamentos consensuais qualitativos, quando não significarem desnaturação de objeto.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) III.
 - (E) II.
88. Em uma licitação para venda de imóveis, concluído o procedimento após longos 10 meses, ou seja, identificado o vencedor, homologado o resultado do certame e adjudicado o objeto, o ato seguinte seria a assinatura da competente escritura pública. O adquirente, no entanto, pleiteia o parcelamento do valor ofertado, embora o edital tenha previsto pagamento à vista, dispondo-se a crescer juros e correção monetária, na forma da lei. O pedido
- (A) deve ser deferido caso fique comprovado que não haverá prejuízo orçamentário-financeiro para o ente público.
 - (B) pode ser deferido caso fique demonstrado inexistir prejuízo às condições impostas pelo edital e aos valores propostos pelos demais licitantes desde que estes sejam consultados formalmente sobre a alteração da forma de pagamento.
 - (C) deve ser indeferido pois o critério de julgamento fixado no edital da concorrência sofriria variação conforme a forma de pagamento, ainda que o valor nominal ofertado fosse superior.
 - (D) pode ser indeferido, com fundamento no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ainda que não apresente nenhuma alteração real no valor da proposta vencedora.
 - (E) deve ser deferido tendo em vista que inexistente vedação expressa à alteração das condições de pagamento do preço, desde que mantido o valor nominal da proposta.

89. A propósito dos convênios e considerando suas características, tais como entes participantes, objeto e âmbito de controle, o estabelecimento de procedimento licitatório para a celebração desse tipo de ajuste

- (A) é medida que configura observância ao princípio da isonomia, pois permitiria identificar a melhor proposta de execução das obrigações e respectiva remuneração.
- (B) seria inviável na maioria das vezes, pois não tratam de contraposição de interesses, com contrapartida, mas sim de convergência de interesses comuns, com rateio de custos e divisão de atribuições.
- (C) seria possível caso se tratasse de convênios celebrados com a iniciativa privada, ainda que não houvesse remuneração envolvida, e independentemente do objeto, tendo em vista que o Poder Público pode querer escolher a melhor proposta.
- (D) permitiria a observância do princípio da isonomia, garantindo igualdade de participação para as diversas entidades interessadas no ajuste, públicas e privadas, ainda que sem fim lucrativo.
- (E) esbarraria em hipótese de dispensa ou inexigibilidade de licitação, em relação a entes públicos ou privados, em razão da ausência de remuneração.



90. Uma autarquia realizou inúmeras e sucessivas compras de material sem realização de licitação, sendo que não foi demonstrado o enquadramento em nenhuma das hipóteses do artigo 24, da Lei nº 8.666/1993. O Tribunal de Contas, durante o processo de prestação de contas, apurou que o valor pago não foi superior ao praticado no mercado, tendo o responsável justificado o ocorrido na economicidade da conduta e no princípio da eficiência. Esse cenário indica
- (A) ilegalidade da conduta, pois o não atendimento ao princípio licitatório configura ato de improbidade e enseja presunção de prejuízo ao erário.
 - (B) possibilidade de o ato ser convalidado, diante da comprovação da ausência de prejuízo, como forma de observância dos princípios da eficiência e da economicidade.
 - (C) prática de ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração, devendo ser demonstrado o prejuízo ao erário e a conduta dolosa do autor.
 - (D) inexistência de ilegalidade a viciar a compra, uma vez que os entes da Administração indireta submetem-se ao princípio da licitação somente para contratação das atividades meio, o que não era o caso narrado.
 - (E) necessidade discricionária de exame de economicidade, simulando-se a licitação na ocasião em que deveria ter sido praticada para verificar se haveria prejuízo.
-
91. Considerando a natureza do ato de registro de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, a negativa do Tribunal de Contas em fazê-lo
- (A) vicia o ato de concessão, em razão de ilegalidade, restituindo o processo ao Executivo para que a autoridade competente edite o ato de revogação.
 - (B) não impede a produção de efeitos e a validade do ato, cabendo juízo de revisão administrativa ou judicial, independentemente do prazo decorrido entre a concessão e a negativa do registro.
 - (C) faz nascer direito subjetivo da parte a exigir judicialmente a concessão, em razão de sua natureza vinculada homologatória do ato administrativo que concede o benefício no âmbito do Executivo.
 - (D) acarreta revogação do ato de concessão, com retorno ao *status quo ante* pelo servidor, que não pode questionar a decisão judicialmente enquanto não esgotar a via recursal administrativa.
 - (E) impede a formação do ato, em razão de sua natureza complexa, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, não se iniciando prazo para invalidação da concessão.
-
92. A possibilidade do poder concedente introduzir alterações unilaterais nos contratos de concessão regidos pela Lei nº 8.987/1995, por motivos justificados e na forma do que autoriza a lei, enseja a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato. Essa equação
- (A) pode ser reequilibrada por meio do pagamento de indenização pelo poder concedente à concessionária, à semelhança da indenização do administrado pelos danos causados em decorrência da prática de atos lícitos.
 - (B) deve ser reequilibrada pelas formas legalmente previstas, cabendo à concessionária a indicação do mecanismo de recomposição, indicando ao poder concedente duas opções para escolha fundamentada.
 - (C) acarreta o pagamento de danos morais, inerente a toda recomposição fundada na responsabilidade extracontratual do Estado.
 - (D) não demanda recomposição integral, salvo no que concerne à indenização pelos prejuízos concretos, vedado, por exemplo, a instituição de lucros cessantes.
 - (E) deve ser reequilibrada pelo mecanismo da responsabilização extracontratual do Estado, sob a modalidade subjetiva por se tratar de falha do sistema ou omissão de agente público.
-
93. As autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista integram a Administração pública Indireta, expressando organização administrativa descentralizada. Esse aspecto interfere
- (A) na definição do regime de compras e contratações, posto que a Administração Indireta não está obrigada a licitar sempre que esse procedimento acarretar prejuízo ou desvantagem à competição com a iniciativa privada.
 - (B) no limite do controle externo exercido pela Administração central, que fica adstrita a tutela finalística e de atendimento das finalidades institucionais dos entes.
 - (C) no controle exercido pelo Poder Judiciário, que não pode adentrar os aspectos de conveniência e oportunidade dos atos e negócios praticados pelos entes, diversamente do que ocorre com os órgãos da Administração Direta.
 - (D) na responsabilidade extracontratual dos entes, que se impõe sob a modalidade subjetiva não prescindindo da demonstração de culpa de seus agentes para reparação dos danos que estes causarem a terceiros.
 - (E) no regime de seus bens, que remanescem protegidos sob o regime jurídico de direito público, a fim de preservar a participação do erário público na constituição do patrimônio daqueles entes.



94. Muito se discute acerca do conceito de serviço público. Não se questiona, contudo, a possibilidade de delegação à iniciativa privada, atendidos certos limites e requisitos legais. Diante de uma hipótese em que o Poder Público pretenda delegar à iniciativa privada serviço público cuja finalidade seja o atendimento social à população, é adequado
- (A) firmar convênio administrativo com outros entes públicos para transferência da titularidade e da execução dos serviços público envolvidos, remunerando a prestação por meio de repasses de recursos.
 - (B) licitar a contratação de uma concessão comum, cujos investimentos ficam integralmente a cargo da concessionária, que se remunerará por meio de cobrança de tarifa do poder concedente.
 - (C) contratar um consórcio público para prestação do serviço, remunerando-o por meio de repasses de recursos orçamentários.
 - (D) licitar a contratação de uma concessão administrativa, que não admite a cobrança de tarifa do usuário, remunerando-se o concessionário por meio de contraprestação a ser paga pelo poder concedente, usuário indireto do serviço.
 - (E) licitar a contratação de uma concessão patrocinada, substituindo-se a cobrança de tarifa pela imposição de aporte pago pelo poder concedente, sem prejuízo da contraprestação regularmente devida.

Direito Ambiental

95. Determinado Banco público estabeleceu uma linha de crédito com juros diferenciados para empresas de acordo com o impacto ambiental gerado pelos respectivos produtos e serviços, bem como pelo impacto ambiental gerado pelos processos de elaboração e prestação destes produtos e serviços. Segundo a Constituição Federal,
- (A) não é possível estabelecer este tipo de tratamento diferenciado por ferir o princípio da isonomia.
 - (B) é possível estabelecer este tipo de tratamento diferenciado, que encontra amparo em um dos princípios da ordem econômica.
 - (C) o tratamento diferenciado somente poderia ser concedido pela iniciativa privada e não por uma instituição pública.
 - (D) o tratamento diferenciado é possível em uma única hipótese: microempresa.
 - (E) o tratamento diferenciado é possível em apenas duas hipóteses: microempresa e empresa de pequeno porte.
96. Compete
- (A) privativamente à União legislar sobre pesca.
 - (B) à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre águas.
 - (C) aos Estados e ao Distrito Federal legislar privativamente sobre águas.
 - (D) à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre defesa do solo e dos recursos naturais.
 - (E) privativamente à União legislar sobre controle da poluição.
97. O Município X criou um programa de educação ambiental voltado para os munícipes em geral com o objetivo de promover a capacitação para a atividade de reciclagem de resíduos sólidos. Sob a alegação de afronta aos princípios que regem a Política Nacional do Meio Ambiente, o Ministério Público ajuizou uma ação civil pública em face do Município visando à declaração de nulidade de tal política pública, enfatizando que a educação ambiental custeada com recursos públicos está restrita à grade curricular das escolas municipais. Segundo os princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, a ação deverá ser julgada
- (A) procedente.
 - (B) improcedente.
 - (C) parcialmente procedente.
 - (D) extinta, sem resolução de mérito, por ilegitimidade de parte no polo ativo.
 - (E) extinta, sem resolução de mérito, por ilegitimidade de parte no polo passivo.
98. Compete aos Estados promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos
- (A) cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios.
 - (B) cujos impactos ambientais indiretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios.
 - (C) cujos impactos ambientais diretos ou indiretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios.
 - (D) que atendam tipologia estabelecida em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente.
 - (E) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo Estado, exceto em Áreas de Preservação Ambiental (APAs).
99. Determinada empresa pública do Estado de Sergipe, na qual a defesa do meio ambiente não está no rol de suas atividades, inconformada com grave e extenso dano ambiental causado por uma indústria localizada no Município de Teresina, ajuizou ação civil pública em face da indústria e do Município, este em razão de sua omissão, visando à recuperação do dano ambiental. A ação civil pública deverá ser julgada
- (A) procedente.
 - (B) parcialmente procedente apenas para obrigar a indústria a recompor o dano ambiental.
 - (C) improcedente.
 - (D) extinta, sem resolução de mérito, por ilegitimidade de parte no polo passivo.
 - (E) extinta, sem resolução de mérito, por ilegitimidade de parte no polo ativo.
100. José foi denunciado por ter em depósito 240 vidros de palmito extraídos sem licença do órgão ambiental competente. A defesa alegou que os palmitos foram encontrados em local próximo da casa de José e que pertenciam a João, que pagava a José, conhecedor da atividade, R\$ 2,00 para fazer a limpeza de cada vidro utilizado para embalar o produto ilegal. As alegações da defesa foram comprovadas no curso da ação penal. José deverá ser
- (A) absolvido, diante da atipicidade do fato.
 - (B) absolvido, diante da ausência de culpabilidade.
 - (C) condenado na medida da sua culpabilidade.
 - (D) condenado a mesma pena de João.
 - (E) absolvido, diante da ausência de antijuridicidade.